

Senado debate dívidas estaduais e aprova empréstimo para o Rio

Recursos emprestados pelo Banco Mundial e pelo BID, no total de US\$ 366 milhões, serão destinados a projetos de saneamento básico na Baixada Fluminense e melhoria do sistema de transportes metropolitanos



Depois de um debate que durou mais de três horas, com pronunciamentos de 26 senadores, o plenário do Senado aprovou no início da noite de ontem pedidos do governo do Rio de Janeiro para tomar dois empréstimos externos, no valor total de US\$ 366 milhões. Os debates foram causados pela decisão do Banco Central de apresentar parecer desfavorável aos pedidos, argumentando que o governo do Rio ultrapassou sua capacidade de endividamento e gasta mais de 60% de sua receita líquida com a folha de pessoal. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pediu no início da sessão que os senadores decidissem se deviam ou não votar os pedidos ante os pareceres desfavoráveis do BC. Os senadores do Bloco Oposição encabeçaram a defesa dos projetos, ponderando que o plenário aprovou pedidos parecidos, no ano passado.

PÁGINAS 3 A 5

A aprovação do pedido do Rio de Janeiro no plenário foi precedida de um debate que durou mais de três horas, com discursos de 26 senadores

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Ações do governo só interessam ao país, diz ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que a revisão do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional deve conter apenas as metas que o país se compromete a atingir para recuperar sua economia. Ele é contra o detalhamento das ações destinadas a cumprir essas metas.



Presidida por Fernando Bezerra, a CAE aprovou, também, requerimento de Suplicy prevendo audiência pública sobre a política fundiária adotada pelo governo

Malan e Fraga terão de explicar acordo à CAE

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, terão de explicar à Comissão de Assuntos Econômicos os novos termos do acordo firmado pelo governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A decisão foi aprovada ontem pelos senadores integrantes da CAE.

CCJ decidirá se plenário deve apreciar novo texto

Em resposta a questão de ordem do senador Eduardo Suplicy sobre a necessidade de apreciação dos novos termos do acordo do FMI pelo Senado, o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, informou que acatará a decisão que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vier a tomar sobre o assunto.

Congresso faz sessão solene em homenagem às mulheres

Filme, debate e uma sessão solene fazem parte das atividades previstas para hoje, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

A sessão será realizada no plenário do Senado a partir das 10 horas. Às 12h, o projeto Cultura ao Meio-Dia apresenta o filme *Carlota Joaquina, a Princesa do Brasil*, de Carla Camurati. Às 18h30, haverá debate sobre o tema "A Mulher e o Poder".

O debate contará com a participação das senadoras Marina Silva (PT-AC), Emília Fernandes (PDT-RS), Heloísa Helena (PT-AL), Marluce Pinto (PMDB-RR) e Lúzia Toledo (PSDB-ES); da secretária de Administração, Cláudia Maria Costin; e da professora Lúcia Avelar, da UnB. O evento ocorrerá na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho.

O filme e o debate fazem parte da programação da 2ª Semana da Mulher, organizada pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado.

Carlota Joaquina conta a história da princesa espanhola prometida em casamento ao infante João de Portugal. A trama enfoca sua ida ainda menina para Portugal até o exílio no Brasil-Colônia, já como rainha de Portugal, fugindo de Napoleão Bonaparte com toda a corte.

A interpretação do elenco é considerada o ponto forte da produção, destacando-se as atuações de Marieta Severo, como Carlota, e de Marco Nanini, como d. João VI. O filme será apresentado no Auditório Petrônio Portella.

Senado vota renovações para emissoras

O plenário do Senado vota hoje, em turno único, dois projetos de renovação de permissão para funcionamento de emissoras de rádio. O primeiro beneficia a Rádio Clube de Pernambuco S/A, de Recife, e o outro, a Rádio Clube Rio do Ouro, de Jacobina (BA).

Os senadores deverão discutir ainda, também em turno único, projeto da Câmara dos Deputados que regulamenta a coleta, a estocagem e a distribuição de sangue e derivados.

Antonio Carlos encontra-se com prefeito de Buenos Aires

Na audiência, eles discutiram as perspectivas de fortalecimento do Mercosul e os problemas comerciais entre Brasil e Argentina

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem o prefeito de Buenos Aires, Fernando de La Rua, com quem trocou impressões sobre as perspectivas de fortalecimento do Mercosul e os problemas econômicos enfrentados no momento nas relações comerciais entre o Brasil e a Argentina. Fernando de La Rua deverá ser um dos candidatos nas próximas eleições presidenciais daquele país.

A defesa do processo de integração regional do Cone Sul foi um consenso durante o encontro. Também houve unanimidade a respeito do crescente relacionamento econômico, humano e político que as duas nações devem perseguir.



Fernando de La Rua, que deve se candidatar nas próximas eleições presidenciais argentinas, concordou com ACM quanto à necessidade de defender o Mercosul

O prefeito argentino fez questão de destacar o respeito às instituições democráticas brasileiras, ao acentuar que co-

meçou sua visita por Brasília, mantendo contatos com o governo e com o Congresso Nacional.

Comissão discutirá legalização de terras de fronteira

Será instalada hoje, às 9h30, a comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.803-2, que estabeleceu o prazo de dois anos para a legalização das concessões e alienações de terras feitas na chamada faixa de fronteira. Na oportunidade, os

parlamentares elegem o presidente e o vice-presidente da comissão, e será escolhido o relator.

A MP 1.803-2 alterou a MP 1.803-1, editada em dezembro último, e traz as exigências para que os proprietários de terras concedidas pelos estados nas áreas

de fronteira obtenham a anuência da Incra e possam registrar seus imóveis. Caso os atuais proprietários não adotem as providências necessárias ao registro dentro do prazo previsto, os títulos de terra poderão ser declarados nulos e impossibilitados de posterior ratificação.

Ademir Andrade lamenta morte de Antônio Houaiss

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) lamentou ontem, em plenário, a morte do filólogo e professor Antônio Houaiss, com quem conviveu e aprendeu inclusive "a tomar uma boa cerveja". Depois de destacar pontos do currículo de Houaiss, lembrou que o escritor e ex-ministro da Cultura foi um dos fundadores do PSB, chegando a ocupar a presidência do partido.

— Deixo meu pesar e minha homenagem a essa figura extraordinária, que, na convenção do PSB de 1989, foi o indicado



Ademir Andrade

para ser o candidato a vice-presidente da República na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva — disse Ademir Andrade.

Paulo Souto fala sobre o drama da seca

O senador Paulo Souto (PFL-BA) ocupa a tribuna hoje à tarde para fazer uma abordagem sobre o problema da seca no Nordeste, drama que, segundo informa, atinge uma área de 1,5 milhão de quilômetros quadrados, prejudicando direta ou indiretamente uma população de cerca de 30 milhões de pessoas.

Souto, que já foi superintendente da Sudene, pretende refutar a tese de que os problemas do Nordeste se devem à má aplicação dos recursos destinados à região. Ele sustenta que não foram destinados, com a continuidade desejável, os recursos necessários para que o Nordeste pudesse reverter a situação de pobreza estrutural existente.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

▶ 10h - Preside sessão solene do Congresso Nacional. *Plenário do Senado Federal*

▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

▶ 10h - Sessão Solene do Congresso Nacional em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. *Plenário do Senado*

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: *PDL nº 57/96, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Pernambuco S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife (PE); *PDL nº 25/98, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Clube Rio do Ouro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacobina (BA); e *PLC nº 1/99, que regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, e estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades.

COMISSÕES

▶ 9h30 - Comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a *MP nº 1.803-2, que estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienação de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira. Pauta: Instalação da comissão. *Ala Senador Nilo Coelho - sala 2*

ESPECIAL

▶ 12h - Cultura ao Meio-Dia
Filme: *Carlota Joaquina*, programação integrada à II semana da Mulher. *Auditório Petrônio Portella*

▶ 18h30 - Programação Integrada à II Semana da Mulher
Debate "A Mulher no Poder", com a presença das senadoras Emília Fernandes, Heloísa Helena, Lúzia Toledo, Marina Silva e Marluce Pinto; da secretária Cláudia Costin; e da professora Lúcia Avelar. *Ala Senador Nilo Coelho - sala 6*

PREVISÃO DA SEMANA

Quinta-feira (11.3.99)
▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao *PLC nº 94/94, que acrescenta § 2º ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho; e *PLC nº 20/98, que altera a Lei nº 7.674, de 4.10.88, que autoriza o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social a doar à Academia Nacional de Medicina imóveis destinados à instalação de centros de estudo e pesquisa.

Sexta-feira (12.3.99)
▶ 9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

DÍVIDA DOS ESTADOS

Empréstimo para o Rio gera polêmica em plenário

Após 26 discursos de senadores, num debate que durou mais de três horas, o plenário do Senado aprovou no início da noite de ontem pedidos do governo do Rio de Janeiro para tomar dois empréstimos externos, no valor total de US\$ 366 milhões, destinados a financiar projetos de saneamento básico na Baixada Fluminense e melhoria do sistema de transportes metropolitanos.

O debate foi polêmico, por ter o Banco Central apresentado parecer desfavorável aos pedidos, argumentando que o governo do Rio ultrapassou sua capacidade de endividamento e gasta mais de 60% de sua receita líquida com a folha de pessoal, situações proibidas por

lei e por uma Resolução do próprio Senado (nº 78/98).

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pediu no início da sessão que os senadores decidissem se deviam ou não votar os pedidos ante os pareceres desfavoráveis do BC. Alertou que os senadores poderiam ser responsabilizados no futuro por sua decisão e convocou os líderes partidários para uma reunião, quando se discutirá como agir ante recomendações contrárias do Banco Central.

Os senadores do Bloco Oposição encabeçaram a defesa dos projetos, ponderando que o plenário aprovou pedidos parecidos, no ano passado, dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio

Grande do Sul. Além disso, argumentaram que ficaria claro que o Senado estaria agindo politicamente, caso rejeitasse financiamentos para um estado onde o governador pertence à oposição — Anthony Garotinho, do PDT. Senadores do PMDB também defenderam a aprovação, entre eles o líder do partido, Jader Barbalho (PA).

Os defensores da rejeição dos pedidos assinalaram que o governo do Rio de Janeiro, além de desobedecer a Lei Camata (gastos com pessoal limitados a 60% das receitas líquidas), também tinha ultrapassado sua capacidade de endividamento. O senador Osmar Dias (PSDB-PR) observou que, se aprovados

os pedidos, o Rio passaria a comprometer mais de 16% de suas receitas no pagamento de dívidas, quando acordos de renegociação das dívidas estaduais prevêm no máximo 13%.

Boa parte dos senadores recomendaram durante o debate que esta seja a última vez que o Senado aprove um financiamento estadual ou municipal sem a concordância do Banco Central.

De acordo com os pedidos do governo do Rio, o Banco Mundial emprestará US\$ 186 milhões, para a recuperação do sistema de transportes metropolitanos a cargo da Flumitrens. O sistema entrou na privatização, mas uma cláusula do contrato da venda prevê a

tomada do empréstimo para obras de recuperação. O relator da matéria, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), recomendou a aprovação, lembrando a importância do projeto e destacando que o Tesouro Nacional nada tem contra a tomada do empréstimo.

Já o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) emprestará US\$ 180 milhões para um projeto de saneamento básico da Baixada Fluminense que beneficia cerca de 200 mil pessoas. Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG), recomendou a aprovação, também destacando a importância social do projeto.

GERALDO MELO

Parecer contrário não deve ser determinante

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) sugeriu que se crie uma comissão temporária destinada a estudar como tratar os pedidos de empréstimos de governos estaduais ou de prefeituras

que não cumpram limites de endividamento e de gastos com pessoal. Melo discordou da tese segundo a qual o Senado deveria rejeitar sumariamente todos os pedidos com parecer contrário do Banco Central, porque isso significaria “que o BC estaria decidindo o assunto”.



Geraldo Melo

EDISON LOBÃO

Inadimplência agrava situação do estado

Depois de reconhecer que os senadores erraram nos últimos tempos ao aprovar pedidos de endividamento estadual mesmo com pareceres contrários do Banco Central, o senador Edison Lobão (PFL-MA) ponderou que, no caso do Rio de Janeiro, há ainda a informação do BC de que o estado se encontra inadimplente com o sistema financeiro.

— Como aprovar estes novos endividamentos se o estado do Rio está inadimplente? — questionou.



Edison Lobão

JOSÉ FOGAÇA

Rio de Janeiro merece mesmo tratamento

O senador José Fogaça (PMDB-RS) defendeu ontem a aprovação de autorização para que o estado do Rio de Janeiro contraia empréstimos para obras nas áreas de transporte público e de saneamento básico, baseado na equidade do tratamento dado a pedidos de outros estados já aprovados pelo Senado, mesmo contrariando parecer do Banco Central.

— Como vamos ser rigorosos com o Rio de Janeiro e condescendentes com outros estados? Não é justo — afirmou.



José Fogaça

ADEMIR ANDRADE

Bom senso prevaleceu na votação de pedidos

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse ontem que o Senado estava vivendo “uma grande tarde”, por haver prevalecido o “bom senso”, apesar da articulação do governo pela rejeição do empréstimo.

Ele afirmou que a maioria da Casa faria justiça ao estado do Rio de Janeiro, pois os argumentos apresentados pelos defensores da aprovação mostravam claramente a importância social das obras a que se destinam os empréstimos.



Ademir Andrade

ARLINDO PORTO

Momento inoportuno para apreciar matéria

Como o Rio de Janeiro não renegociou a dívida do estado com o governo federal, considerou o senador Arlindo Porto (PTB-MG), este não seria o “momento ideal para o Senado discutir novos empréstimos”.

O plenário, na opinião do senador, só teria condição de votar “com a consciência tranquila” após definir regras gerais, válidas para todos os estados, em função da nova realidade de vida do país.



Arlindo Porto

JOSÉ EDUARDO DUTRA

Pedidos parecidos foram aprovados no ano passado

Em nome do Bloco Oposição, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) defendeu a aprovação dos pedidos do Rio, sob o argumento de que o plenário do Senado aprovou no ano passado pedidos parecidos dos estados do Paraná, Paraíba, Sergipe e Goiás. Para ele, se o plenário retirassem de pauta ou rejeitasse os pedidos do estado do Rio ficaria a impressão de que os senadores agiram politicamente contra um governador de oposição.



José Eduardo Dutra

CARLOS BEZERRA

Senado deve cumprir aquilo que decide

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) lamentou que o Senado não faça os estados e municípios cumprirem todas as exigências que aprovou no ano passado sobre endividamento. “Como disse o saudoso senador Vilson Kleimling várias vezes desta tribuna, o problema do Senado é cumprir o que decide”, recordou.

Bezerra, contrário aos empréstimos, observou que o Senado aprovou no ano passado a Resolução 78/98, mas já fez uma alteração no documento.



Carlos Bezerra

PAULO HARTUNG

Debate esvazia acusação de condução política

O senador Paulo Hartung (PSDB-ES) elogiou ontem a qualidade do debate em torno dos pedidos de autorização para empréstimos feitos pelo governo do estado do Rio de Janeiro. Ele observou que a tranquilidade do debate já havia conseguido inclusive esvaziar a acusação de que estaria sendo conduzido sob o caráter político-partidário. Mesmo assim, o senador disse não estar convencido de que deveria votar favoravelmente à matéria.



Paulo Hartung

LUIZ OTÁVIO

Decisão sobre a proposta deveria ter sido adiada

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) questionou ontem o interesse do governo do Rio de Janeiro na aprovação da autorização para os dois empréstimos que o Senado votava. Segundo o senador, durante a discussão e votação da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o governo fluminense não enviou representante para acompanhar a tramitação.

Luiz Otávio defendeu o adiamento da votação dos empréstimos do Rio de Janeiro por duas sessões deliberativas.



Luiz Otávio

HUGO NAPOLEÃO

Comportamento do plenário precisa ser uniforme

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI), divergindo da orientação do líder de seu partido, questionou ontem o tratamento diferenciado que se pretendia dar ao pedido do Rio de Janeiro. “O Senado Federal tem votado e aprovado à exaustão empréstimos a municípios e estados. Neste caso teríamos comportamento diferente?”, indagou.

Napoleão lembrou que mais da metade da obra a ser beneficiada já foi concluída.



Hugo Napoleão

Osmar: "Rasgamos a resolução do Senado"

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) defendeu, no plenário, a rejeição dos pedidos de financiamento do Rio de Janeiro argumentando, entre outras coisas, que o estado estaria ultrapassando em 26% sua capacidade de endividamento e terá de destinar no mínimo 16% de suas receitas líquidas ao pagamento de dívidas, quando a renegociação com o governo federal prevê um limite máximo de 13%.

— Se aprovarmos estes pedidos, estaremos rasgando a Resolução 78/98 que o Senado aprovou no ano passado — assinalou.

Osmar Dias lembrou que o estado do Rio gasta mais de 60% de suas receitas líquidas com a folha de pessoal, o que é proibido não só pela chamada Lei Camata como também pela Constituição (emenda da reforma administrativa) e por resolução do Senado.

Além disso, o Rio enfrentará problemas sérios porque a arrecadação estadual vem caindo ano a ano, conforme o senador, que tem se batido pela rejeição de propostas que contrariem a Resolução 78/98. Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador já havia dado voto contrário aos pedidos do Rio.

Ao se iniciar a reunião da CAE na manhã de ontem, Osmar Dias já tinha lamentado que os empréstimos ao estado do Rio de Janeiro, votados no último encontro da comissão, tivessem obtido tramitação em urgência sem a



Osmar Dias

aprovação da comissão.

Recordando que votou contrariamente aos financiamentos, Osmar Dias ressaltou que a urgência foi pedida em requerimento com a assinatura de 14 membros da CAE. Lembrou que a Resolução 78 do Senado Federal proíbe a tramitação de projetos referentes a operações de crédito em caráter de urgência, salvo se aprovada pela comissão.

O senador disse que não se sentiria mais seguro ao votar na CAE, já que um pedido com assinaturas colhidas no corredor se sobrepunha a uma votação na comissão, que é sempre precedida de uma discussão. O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) deu razão à reclamação de Osmar Dias, mas externou seu temor sobre o atraso na aprovação do empréstimo, o que poderia ser "altamente deletério".

O presidente da CAE, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), afirmou que nada fora aprovado no âmbito da comissão. Como a urgência havia sido aprovada em plenário, o presidente sugeriu que a discussão fosse transferida para lá. Posteriormente, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) constatou que o requerimento de urgência apresentado à Mesa do Senado não mencionava a CAE, e portanto tratava-se de um requerimento comum apresentado por 27 senadores, dos quais 14 integram a comissão. Fernando Bezerra declarou, então, que se tratava de matéria vencida.

LAURO CAMPOS

"Endividamento externo é como o ópio"

O senador Lauro Campos (PT-DF) fez questão de ressaltar que seu voto era contrário à concessão dos dois empréstimos ao Rio de Janeiro. "Mais uma vez represento a voz



Lauro Campos

solitária que votará contra, mas eu gosto da solidão. Continuarei a me manifestar contrário a todo e qualquer projeto que aumente o endividamento externo do Brasil porque acredito que dívida externa é prejudicial como o é o ópio, que adormece a vontade", disse.

Para Lauro, o Brasil já começou errado nesse capítulo da dívida externa, ao assumir a dívida de Portugal com a Inglaterra, por ocasião de sua independência. "De lá para cá, a dívida só foi crescendo sem parar", afirmou ele.

NEY SUASSUNA

Empréstimos ajudarão o Rio a se desenvolver

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), favorável à aprovação dos dois projetos de empréstimo em favor do estado do Rio de Janeiro, disse que "o Senado é sábio",



Ney Suassuna

conhecedor de que "estes são empréstimos necessários ao desenvolvimento de um estado importante do Brasil".

É verdade que outros estados estão na mesma situação, reconheceu Ney Suassuna, mas "não é verdade" que o Rio de Janeiro estaria inadimplente.

Contra a alegação de vários senadores, de que o Banco Central deu parecer contrário aos empréstimos, o senador disse que não se poderia revelar o fato de que a Secretaria do Tesouro Nacional deu parecer favorável à solicitação do estado do Rio.

DÍVIDA DOS ESTADOS

JOSE ROBERTO ARRUDA

Senadores devem estabelecer um "critério único"

As discussões relativas aos empréstimos solicitados pelo governo do Rio de Janeiro revelaram, para além das posições favoráveis ou contrárias, uma convergência entre os senadores quanto à necessidade de definir um critério único para a análise desse gênero de solicitação, afirmou o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Em função disso, ele propôs que o Senado desse a si próprio mais tempo de discussão, de modo que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pudesse estabelecer esse critério único. Só a partir daí, defendeu Arruda, os pedidos do Rio de Janeiro deveriam ser analisados.

Outro aspecto abordado pelo senador foi o de que, tendo sido encaminhado pelo governador anterior — Marcello Alencar, do PSDB —, o pleito não teria o "apoio formal à aprovação" por parte do atual governador, Anthony Garotinho.



José Roberto Arruda

PAULO SOUTO

Projetos só podem causar reação de perplexidade

O senador Paulo Souto (PFL-BA) recomendou que a autorização para que o estado do Rio de Janeiro contrate novos financiamentos só fosse discutida pelo Senado após a renegociação da dívida estadual com o governo federal, em andamento.

Para o senador, a única certeza obtida nos debates de ontem foi a de que o exame do pedido apresentado pelo governo do Rio de Janeiro não estava sendo submetido a pontos de vista partidários ou regionais.

Paulo Souto também salientou que, na renegociação feita pelo governo federal no ano passado com a maioria dos estados, estes "se submetem a condições extremamente duras", relativas, exatamente, à contratação de novos empréstimos, dado que se comprometeram com altos índices de desembolso na relação pagamento da dívida/receita líquida estadual.

— É natural, portanto, a perplexidade, quando o Rio de Janeiro está inclusive solicitando renegociação ao governo federal — disse.

ARTUR DA TÁVOLA

Recursos irão beneficiar a população pobre

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) comparou o processo de aprovação de pedidos de autorização de empréstimos em favor de governos estaduais e municipais ao processo de renovação de concessões de rádio e TV.

Segundo Távola, o Senado vem cumprindo apenas um papel burocrático de chancela. "Deveríamos exigir que o conteúdo também fosse analisado, para o Senado Federal deixar de ser uma instância chanceladora", afirmou ele.

O parlamentar disse que o empréstimo pedido pelo estado do Rio de Janeiro destina-se à conclusão de obras que estão pela metade e que, se não forem concluídas, prejudicará populações pobres da Baixada Fluminense. "Não estamos a defender um privilégio para o Rio de Janeiro, mas uma causa", afirmou.

O senador lembrou que a matéria tramita no Senado desde julho do ano passado. Ele apelou aos colegas do PSDB para que votassem favoravelmente ao pedido de empréstimo e que novos critérios sejam adotados para futuros solicitações.



Artur da Távola

ROBERTO REQUIÃO

Tratamento não pode ser diferenciado

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que o estado do Rio de Janeiro, à semelhança de todos os outros que já obtiveram autorização junto ao Senado, deveria ser autorizado a contratar financiamentos junto ao BID e ao Bird. Como os aprovados nos últimos quatro anos, esses também não serão pagos, mas pelo menos não implicaram "negociação política, com transposição partidária", como ocorreu em relação ao estado do Paraná, acrescentou.

Ele disse que a CPI dos Títulos Públicos mostrou como "todas as autorizações para a emissão de letras financeiras que cobriam precatórios foram dadas de forma direta ou indireta, obliqua, endógena ou de viés, pelo Banco Central. Este induziu em todos os seus pareceres o voto positivo do Senado da República. Deu no que deu, não havia nada legal". Conforme o senador, "a Receita Federal já aplicou mais de R\$ 700 milhões em multas a instituições financeiras que se locupletaram na *cadeia da felicidade*".

Um único empréstimo, para o município de Goio-Erê, inadimplente, foi negado nos últimos quatro anos, continuou Requião. Depois disso, com pareceres contrários do BC e da Secretaria do Tesouro Nacional, financiamentos solicitados pelo governo do Paraná foram aprovados após a "transposição partidária do governador", disse ele. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, enviou carta ao Senado, "depois do câmbio parlamentar", assegurando que o estado tinha plenas condições de receber o empréstimo.



Roberto Requião

LEOMAR QUINTANILHA

Pedidos contam com "muita complacência"

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) afirmou ontem que o Senado tem sido "muito complacente" na aprovação de empréstimos para estados e municípios.

Na opinião dele, é preciso estabelecer critérios para a análise de pedidos semelhantes, mas não a partir da proposta do estado do Rio de Janeiro.

— A Comissão de Assuntos Econômicos discutiu e recebeu ponderações que levaram à aprovação dos empréstimos. Também foi analisado o mérito das propostas — argumentou o senador. Quintanilha foi favorável à aprovação da autorização dos empréstimos, mesmo considerando que o assunto não tem definição clara no Senado.



Leomar Quintanilha

Plenário renova concessões de rádio

Mais duas emissoras de rádio dos estados do Ceará e de Goiás poderão continuar funcionando por mais dez anos.

O plenário aprovou ontem projetos de decreto legislativo que renovam a concessão das rádios Terra FM, de Goiânia (GO), e FM Canavial, de Redenção (CE).

Os projetos receberam pareceres favoráveis dos relatores na Comissão de Educação, senadores Leonel Paiva (PFL-DF) e Djalma Bessa (PFL-BA).

Saturnino garante que pedido de Alencar teve tramitação rápida

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) apontou ontem a existência de “fatores políticos” na tramitação dos dois empréstimos para o Rio de Janeiro. “No ano passado, quando o governador era Marcello Alencar, do PSDB, o encaminhamento da questão foi rápido. No corrente ano, quando o governador é Anthony Garotinho, da oposição, o assunto está sendo tratado com um rigor que não surgiu em outras oportunidades”, destacou.

Saturnino defendeu a legítima prerrogativa do Senado de dar um voto político com sabedoria e bom senso. “São empréstimos que irão beneficiar populações carentes da Baixada Fluminense e dos subúrbios. Sei ser necessário im-



Roberto Saturnino

por sacrifícios a todos, num momento de crise como o que estamos vivendo, mas defendendo a distribuição ética e moral dos sacrifícios, poupando os que já estão penalizados pela má qualidade de vida”, disse ele.

Para o senador pelo Rio de Janeiro, o fato de o estado estar em dificuldades para cumprir seus compromissos contratuais se deve ao crescimento “em espiral” das dívidas, em função das altas taxas de juros. “Os empréstimos não irão piorar esse quadro. Ao contrário, eles gerarão atividade econômica e serão usados exclusivamente para objetivos sociais porque entidades como o BID e Bird fiscalizam com rigor esses financiamentos”, concluiu.

JADER BARBALHO

PMDB vota a favor, mas aceita novas regras

O líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA), recomendou o voto favorável da bancada aos dois empréstimos para o estado do Rio de Janeiro, por discordar que se mude a prática do Senado de aprovar todos os pedidos, justamente quando se trata de projetos de cunho social.

Para Jader, “foi uma coisa terrível” a aprovação no Senado da operação de privatização do Banerj, no ano passado, quando o governador do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, pagou “uma fortuna” para sanear o banco. “Também aprovamos a rolagem da enorme dívida do estado de São Paulo e, já no corrente ano, da prefeitura da cidade de São Paulo”, destacou.

Jader Barbalho afirmou não ter qualquer ligação político-partidária com o atual governador, Anthony Garotinho. “Ele é de oposição, mas vem representando uma liderança lúcida, e está se mostrando um bom negociador junto ao presidente Fernando Henrique. Se o Senado quer mudar as regras sobre empréstimos e rolagem de dívidas, eu sou a favor, mas não me sinto a vontade para ‘estrear’ as novas exigências, justamente com esse caso”, enfatizou.



Jader Barbalho

LUIZ ESTEVÃO

Austeridade não deve excluir o cuidado com social

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) defendeu a aprovação dos empréstimos para o Rio de Janeiro, em função de seu alcance social. “Concordo que devemos agir com austeridade em relação a endividamento externo, mas precisamos avaliar cada caso, com critério e cuidado, sem esquecer a ótica social”, enfatizou.

Segundo Luiz Estevão, a população da Baixada Fluminense tem direito a água de qualidade e rede de esgoto minimamente digna. “Não podemos esquecer as desigualdades sociais entre a zona sul da cidade e a Baixada. Da mesma maneira, o segundo projeto, para reequipamento dos trens suburbanos, se destina a aliviar o sacrifício dos que se ‘amontoam’ nos vagões durante horas para ir de sua moradia ao seu local de trabalho.”

O senador pelo Distrito Federal lembrou que 60% das obras relativas a esses empréstimos já foram executadas. “O governador não pode parar esses projetos. Portanto, a única opção que lhe resta é recorrer a empréstimos externos. Num momento em que o PIB vai cair 4%, não seria justo aumentar ainda mais os sacrifícios das populações mais carentes do Rio de Janeiro”, observou.



Luiz Estevão

DÍVIDA DOS ESTADOS

SÉRGIO MACHADO

Decisões devem ser tomadas com base em critérios

Ao comunicar a liberação da bancada do PSDB na votação dos pedidos de empréstimos feitos pelo Rio de Janeiro, o líder Sérgio Machado (PSDB-CE) assegurou ontem

que em nenhum momento defendeu posição contrária ao pedido. Favorável a um adiamento, ele disse esperar que, se a maioria decidisse pela aprovação dos financiamentos, “que este seja o último”.

Sérgio Machado salientou que os projetos discutidos ontem pelo plenário estão no Senado desde junho de 1998. “Mais quinze ou trinta dias não vão modificar a situação”, afirmou, justificando sua posição favorável a um adiamento, para a definição de critérios gerais.

Para o líder do PSDB, o mais importante da discussão travada no Senado esteve exatamente neste ponto: um consenso sobre a necessidade de fixar critérios a que todos os pedidos de autorização de empréstimos deverão ser submetidos.



Sérgio Machado

PEDRO SIMON

“Poderia parecer uma vingança contra Garotinho”

Quase no final da sessão de ontem, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez um apelo para que o Senado aprovasse os dois empréstimos para o Rio de Janeiro, mas alertou: “Esses serão os últimos a serem aprovados com esses critérios. Estamos fechando um ciclo. Não me venham o Rio Grande do Sul, São Paulo ou a Bahia pedir que se aprove mais um, para esse ou aquele objetivo”, enfatizou.

Para Simon, não ficaria bem para o Senado rejeitar os empréstimos para o Rio. “Poderia parecer uma vingança contra o governador Anthony Garotinho”, alertou.

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE), que havia se declarado contrário aos empréstimos, mudou de opinião, diante do compromisso de que o pedido do Rio seria o último a ser votado nessas condições.



Pedro Simon

GILVAM BORGES

Rio merece respeito pelo que representa

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) destacou a importância das obras já iniciadas na Baixada Fluminense para discordar do senador Paulo Hartung (PSDB-ES), quando este disse que o Brasil era um país pobre. “Pobre é o diabo”, afirmou Borges.

Depois de salientar que o Rio de Janeiro merece o respeito da nação pelo que representa na história e na cultura brasileira, Gilvam Borges afirmou que não há sentido em se aprofundar um tema que vem sendo discutido há mais de seis meses. O senador pediu a Hartung que votasse favoravelmente aos empréstimos.



Gilvam Borges

RAMEZ TEBET

Recursos serão aplicados em finalidade social

Num momento em que o país está mergulhado na crise e o governo federal negocia acordo com o FMI “para o pagamento de juros”, os empréstimos com o BID e o Bird solicitados pelo estado do Rio de Janeiro “têm finalidade eminentemente social”, comparou o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ao encaminhar favoravelmente à aprovação dos financiamentos.

O senador salientou que, sob a égide das resoluções 69 e 78, o Senado “aprovou empréstimos nas mesmas condições” verificadas em relação ao estado do Rio de Janeiro.

– Votar contra esses projetos é, positivamente, discriminar o Rio de Janeiro – disse. Tebet, como vários outros senadores, também defendeu que, de hoje em diante, “o Senado seja rígido e aplique de forma rigorosa o que prevê a Resolução nº 78”.

Rocha diz que governador se empenhou pela aprovação

Ao contrário do que observou o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) – que Anthony Garotinho não teria se manifestado formalmente na defesa da aprovação dos dois pedidos de empréstimo discutidos ontem pelo Senado –, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que o governador o fez explicitamente em audiência com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

O senador, que acompanhou Ga-

rotinho na audiência, assegurou que este “pediu formalmente a inclusão dos dois projetos na pauta de votações do Senado”.

Em Paris para solenidade de homenagem a jovens lideranças, o governador do Rio de Janeiro também aproveitaria a ocasião para assinar os contratos de financiamento com o BID e o Bird, cujos diretores lá se encontram também com essa finalidade, afirmou o senador.

ACM não coloca mais em pauta pedido sem condições de exame

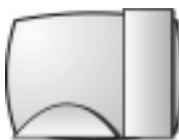
Assim que o plenário aprovou os novos endividamentos do estado do Rio de Janeiro, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que não pretende colocar em votação projeto que não esteja em condições de ser votado, mesmo que seja oriundo da Comissão de Assuntos Econômicos.

– Com essa aprovação, a Mesa se sente com o direito e o dever, que é de toda a Casa, de fazer com que esta Casa mereça cada vez mais o respeito da opinião pública. Daí porque se sente no direito, quando considerar que o projeto não está em condições de ser votado, de não colocá-lo em votação, mesmo que venha da Comissão de Assuntos Econômicos – afirmou.

Antonio Carlos Magalhães disse que irá zelar pelo nome do Senado e o fará “custe o que custar. Esse dever eu tenho. É meu, é de V. Exas., e o Brasil espera que façamos isso na hora difícil que estamos vivendo”.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) discordou de Antonio Carlos, assinalando que o presidente não tem “o monopólio do cuidado com a imagem” do Senado. Além disso, na opinião de Artur da Távola, o plenário “não cometeu nenhum engano grave do ponto de vista ético” ao aprovar os empréstimos para o estado do Rio. Concordeu, no entanto, que Antonio Carlos Magalhães e a Comissão de Assuntos Econômicos têm a prerrogativa de não colocar projetos em votação.

Saturnino fala na TV sobre dívidas



Entrevista com o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) discorrendo sobre as dívidas estaduais será apresentada pela TV Senado hoje, às 4h30, 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30. Além de defender a aprovação da reforma tributária, o senador destaca a necessidade de revisão do pacto federativo para que estados e municípios assumam novas responsabilidades.

Para Roberto Saturnino, uma das saídas é aumentar as arrecadações, intensificando a fiscalização, "nem que para isso seja preciso contratar novos funcionários públicos".

Em debate, a extinção do TST

Uma revolução na Justiça do Trabalho, com a criação dos juizados especiais de causas trabalhistas, num processo de reformulação que resultaria na extinção dos tribunais regionais e até mesmo do Tribunal Superior do Trabalho. Essa é a proposta apresentada pelo deputado Werner Wanderer (PFL-PR) ao Congresso Nacional, e defendida pelo juiz do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais, Antônio Álvares da Silva, no programa *Agenda Econômica*, da TV Senado, que irá ao ar à 1h, 5h, 13h30 e 21h15.

CAE aprova novo ministro para o Tribunal de Contas

Na sabatina, Walton Alencar observa que o sigilo bancário dificulta as atividades de controle da administração pública desenvolvidas pelo TCU

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, por 20 votos a favor e um contrário, o nome de Walton Alencar Rodrigues para ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Após realizar uma sabatina com o indicado, a comissão aprovou o relatório do senador Freitas Neto (PFL-PI), favorável à aprovação.

Walton Rodrigues foi indicado para a vaga do TCU destinada a membros do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do ministro Carlos Átila Álvares da Silva. Walton Rodrigues deixa o cargo de procurador do Ministério Público junto ao TCU.

O relatório do senador Freitas Neto destacou o "excelente preparo acadêmico" do indicado. Mencionou sua aprovação, em primeiro lugar, para o curso de Mestrado em Direito da Universidade de Brasília.

Em sua exposição, Walton Rodrigues destacou as atribuições do TCU – ampliadas pela Constituição de 1988 – e os concursos públicos realizados quase anualmente pelo órgão, na busca de contratar sempre os melhores quadros.

Na sabatina, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) indagou se o TCU tem encontrado muitos obstáculos por causa do sigilo bancário. Walton Rodrigues respondeu que o tribunal vem encontrando problemas seriíssimos, como as outras instituições de controle, o que deve ser resolvido pela legislação em elaboração.



Walton Alencar (E) é sabatinado pela CAE, presidida por Fernando Bezerra (C). Na mesa, também, os senadores Bello Parga e Romeu Tuma

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) questionou se o TCU não responde a consultas prévias de administradores. Walton respondeu que o tribunal responde às perguntas formuladas em tese, de forma abstrata. Mas não atende a indagações sobre casos concretos.

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) manifestou seu desejo de que o TCU atue também no interior do país, obtendo como resposta a informação de que esta tem sido uma luta permanente do tribunal.

Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) não fez indagações, mas lamentou o fato de o Congresso Nacional nem sempre trabalhar conjuntamente com o tribunal, que tecnicamente é um órgão de

apoio do Poder Legislativo Federal. Simon ressaltou a "atuação excepcional" que os integrantes do TCU têm tido nas comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou sobre a atuação do Ministério Público junto ao TCU. Walton Rodrigues afirmou que o Ministério Público, embora tenha atuação independente junto aos tribunais de contas – como definiu o STF –, não possui, entretanto, autonomia administrativa. Mas destacou ter "ampla independência funcional" para desempenhar a função de "guarda da lei", para ele o predicado mais importante do Ministério Público.

Indicações para o Cade também são acolhidas

A Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), aprovou ontem, com 22 votos favoráveis, um contrário e uma abstenção, os pareceres favoráveis à indicação de Amauri Serralvo para procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e de João Bosco Leopoldino da Fonseca para conselheiro na mesma instituição. Durante a sabatina feita pelos senadores da comissão, Serralvo e Fonseca afirmaram que o Cade pode aperfeiçoar e melhorar a atuação na fisca-

lização e defesa do direito econômico.

As duas mensagens presidenciais indicando os integrantes do Cade foram relatadas pelos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e José Fogaça (PMDB-RS) e ainda serão submetidas à apreciação do plenário. A primeira pergunta, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), foi sobre se o Cade poderia atuar em casos de concentração de poder econômico em decorrência de processo de privatização envolvendo a participação de fundos de pensão e do BNDES. Serralvo respondeu que toda questão

relacionada à privatização é "relevante e deve ser cercada de cuidados extremos". João Bosco disse que a legislação prevê prevenção e repressão de infrações que atentem contra a ordem econômica.

Além dos relatores das matérias, os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Luiz Estevão (PMDB-DF), Pedro Piva (PSDB-SP), Bernardo Cabral (PFL-AM) e José Eduardo Dutra (PT-SE) ressaltaram a importância do Cade na defesa do direito econômico e na fiscalização e condução da economia. Pedro Simon perguntou sobre a atuação da instituição diante do lucro obtido por alguns bancos com a desvalorização do real e da sonegação fiscal praticada por algumas empresas.

João Bosco disse que o Cade pode solicitar providências, que são de competência da Receita Federal, para punir a sonegação fiscal. Observou que, para atuar com maior empenho, os órgãos do governo devem trabalhar em conjunto. Quanto ao lucro dos bancos, observou que não pode ser considerado infração à ordem econômica, pois essas instituições lucraram com a desvalorização da moeda – instrumento de política econômica do governo – e não tentaram excluir do mercado, em benefício próprio, outras empresas do setor.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

5h55 - *Senado em Pauta*
6h - *Saúde Todo Dia* - Ginástica Olímpica
6h30 - *Especial Unip* - Reabilitação de amputados - 3ª parte
6h55 - *Senado em Pauta*
7h - *Saúde Todo Dia* - Musculação
7h30 - *Especial Unip* - Doenças Venéreas - 3ª parte
7h55 - *Senado em Pauta*
8h - *Saúde Todo Dia* - Ginástica Olímpica
8h30 - *Jornal do Senado*
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - *Cores do Brasil* - Bahia
9h30 - *Entrevista* - O senador Roberto Saturnino fala sobre a dívida dos estados
9h55 - *Senado em Pauta*
10h - *Sessão do Congresso Nacional* (ao vivo) - Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher
11h30 - *Espaço Cultural* - "Românticos da Boêmia"
12h30 - *Entrevista* - O senador Roberto Saturnino fala sobre a dívida dos estados
12h55 - *Senado em Pauta*
13h - *Cores do Brasil* - Dendê da Bahia
13h30 - *Agenda Econômica* - O juiz do TRT/MG, Antônio Álvares da Silva, fala sobre a Justiça do Trabalho
14h30 - *Sessão Plenária* (ao vivo) - Em destaque: Projeto que proíbe a comercialização de sangue
18h30 - *Cores do Brasil* - Sergipe

19h - *Palestra* - O novo paradigma da saúde
20h - *Cores do Brasil* - Espírito Santo
20h30 - *Entrevista* - O senador Roberto Saturnino fala sobre a dívida dos estados
21h - *Jornal do Senado*
21h15 - *Agenda Econômica* - O juiz do TRT/MG, Antônio Álvares da Silva, fala sobre a Justiça do Trabalho
21h55 - *Senado em Pauta*
22h - *Sessão Plenária* (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - *Agenda Senado*
Em seguida - Música e informação
10h - *Sessão Solene* do Congresso Nacional em Homenagem às Mulheres (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
14h30 - *Sessão Plenária* (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em linha direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em linha direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em linha direta - Edição Sul/Sudeste".
Em seguida - Música e informação
00h - *Sessão Plenária* (reprise)
Em seguida - Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000, 0 FD 1,17,1,7



Da esquerda para a direita, João Bosco Leopoldino e Amauri Serralvo (os sabatinados) e os senadores Fernando Bezerra, Bello Parga e Romeu Tuma

Malan e Fraga vêm explicar acordo com o FMI

Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem requerimento do senador Eduardo Suplicy convidando o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central para comparecerem ao Senado

Os novos termos do acordo firmado pelo governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI) serão explicados pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e pelo presidente do Banco Central, Arminio Fraga, aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). A comissão, presidida pelo senador Fernando



Plenário da CAE ouvirá explicações sobre as novas regras, metas e compromissos definidos com o Fundo Monetário Internacional para liberação dos recursos

Bezerra (PMDB-RN), aprovou ontem requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) convidando Malan e Fraga.

Suplicy justificou que a equipe econômica divulgou os termos da negociação, que se desenvolve desde janeiro com o FMI, na qual foram estabelecidas novas regras, metas e compromissos que condicionam a liberação das próximas parcelas da ajuda financeira global para o país, de US\$ 41,5 bilhões.

A CAE aprovou também requerimento de Suplicy para que seja realizada na comissão uma audiência pública com o

ministro extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann, sobre a avaliação dos rumos da política fundiária e da experiência do programa Cédula da Terra. O senador sugeriu outros convidados, dirigentes de confederações de trabalhadores na agricultura, Comissão Pastoral da Terra, instituições de reforma agrária e Movimento dos Sem-Terra, além de um representante do Banco Mundial para o Brasil.

Outros senadores acrescentaram nomes de representantes patronais das entidades ligadas à agricultura, além de pes-

soas indicadas pelos estados onde já existe o programa Cédula da Terra. As sugestões, nomes e datas das audiências públicas serão definidas pelo presidente da comissão.

Para Fernando Bezerra, "é importante que a comissão promova debates que auxiliem nas políticas implementadas pelo governo". O senador prometeu manter, além das audiências e convocações de autoridades, a pauta de funcionamento ordinário da CAE, com a aprovação de diversos projetos que tramitam na comissão.

Presidente do BNDES também virá ao Senado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem convite para que o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), José Pio Borges, explique a atuação da instituição em diversas áreas. Também foi aprovado convite para que o economista Paulo Rabelo de Castro, defensor da tese do "encontro de contas públicas", faça uma palestra aos integrantes da CAE.

O requerimento que convida o presidente do BNDES foi apresentado pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Segundo ele, sua proposta atende a compromisso firmado na legislatura passada, a partir de denúncia

formulada pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Na ocasião, Dutra afirmou que havia uma grande disparidade entre os recursos investidos pelo banco nas diversas regiões brasileiras.

Arruda disse que constatou essa disparidade em informações colhidas previamente junto ao BNDES. A proposta de Arruda foi defendida pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que, no entanto, considerou restrita a pauta

do convite. A observação de Saturnino foi endossada pelo senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Carlos Bezerra (PMDB-MT). O convite foi então aprovado por unanimidade, mas a pauta terminou sendo ampliada e outros assuntos poderão ser indagados ao presidente do BNDES em sua exposição na CAE, em data a ser ainda marcada.

Partiu do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) a iniciativa do requerimento convidando o economista Paulo Rabelo de Castro para que este profrira a palestra "Encontro geral de contas dos entes federativos". O senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu que o convite fosse extensivo a outro economista, para que pudesse ocorrer um debate.

O presidente da CAE, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), propôs que a exposição de Rabelo de Castro fosse feita dentro de uma agenda maior de depoimentos à comissão. O senador Suplicy anunciou que votava com entusiasmo pela aprovação do requerimento, o que se deu também por unanimidade.



Suplicy quer votar novos termos do acordo com o FMI

Em resposta à questão de ordem do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), sobre a necessidade de aprovação dos novos termos do acordo do FMI pelo Senado, o presidente Antonio Carlos Magalhães disse ontem que acatará a decisão que a CCJ vier a tomar em relação à questão. Ele dirigiu um apelo aos líderes partidários para que façam as indicações para a composição da CCJ.

Suplicy defende que os novos termos do acordo com o FMI sejam submetidos à deliberação do Senado e indagou que encaminhamento o presidente daria à questão. Ele também pediu que a Mesa solicite ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, o envio dos novos termos do acordo firmado com o FMI pelo governo brasileiro. Antonio Carlos Magalhães concluiu assim sua resposta ao senador pequista: "De minha parte, é bom que venham", resumiu.

Texto deve incluir só as metas, diz Antonio Carlos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu na manhã de ontem que a revisão do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) contenha apenas as metas que o país se compromete a atingir para recuperar sua economia.

Antonio Carlos é contra a inclusão de referências às ações e iniciativas com que o governo pretende realizar aqueles objetivos, como, por exemplo, o aumento da contribuição previdenciária dos militares.

Com relação às metas estabelecidas, o senador entende que, "se o governo aceitou, é porque acha que pode cumprilas". Antonio Carlos não concorda, porém, com a inclusão, no documento, de referências que vão além do compromisso em torno dos obje-

tivos a atingir. "Isso não é da conta do FMI", argumentou, ao lembrar as versões correntes de que a cobrança da previdência dos militares estaria citada no documento. "O FMI pode cobrar metas, mas a maneira de cumprilas é nossa", destacou.

A necessidade ou não de esse novo compromisso passar pelo exame do Senado deverá ser determinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa, que receberá pedido de parecer da Mesa, revelou Antonio Carlos.

A dúvida é exatamente se o documento acertado com o FMI seria um novo acordo ou apenas uma revisão do que foi pactuado – e submetido ao Senado – no final do ano passado pelo governo.

Tebet leva reivindicações de seu estado ao Planalto

A manutenção da estrutura dos órgãos federais em Mato Grosso do Sul foi um dos principais pontos tratados durante a audiência realizada ontem entre a bancada federal sul-mato-grossense no Congresso Nacional e o ministro Clóvis Carvalho, chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Segundo o coordenador da bancada, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), os parlamentares fizeram um apelo ao ministro para que seja encerrado o movimento de transferência de delegacias e órgãos federais para outros estados:

– Mostramos ao ministro Clóvis Carvalho que Mato Grosso do Sul já deu sua cota neste assunto, enxugando as suas estruturas e colaborando com a União nesse seu esforço pela busca de mais eficiência da máquina administrativa – disse o senador. Ao lembrar a transferência de três órgãos da Receita Federal e um da área de comunicações, Ramez Tebet afirmou que ir além destas transferências significaria um desmantelamento dos serviços públicos no estado. "com resultado inverso ao pretendido simplesmente por redundar na piora do atendimento ao cidadão":

– Como o governo federal modificou apenas o poder de decisão dos órgãos transferidos, mantendo toda a estrutura física e de pessoal, a medida tão-somente representa um travancamento no andamento dos processos, que, em sua maioria,



Tebet disse que enxugamento exagerado da máquina está causando prejuízos ao público

eram decididos pelo próprio estado – lembrou Ramez Tebet.

Ele citou o exemplo da publicação de um edital no *Diário Oficial* da União, que não demorava mais do que quatro ou cinco dias, e, com a mudança, agora demora mais de 30 dias.

Embora aceitando as colocações do ministro Clóvis Carvalho no sentido de que essas medidas atingem indistintamente todos os estados brasileiros e visam à modernização estatal, os parlamentares sul-mato-grossenses lembraram ao ministro o elevado nível técnico ostentado pelos órgãos federais em Mato Grosso do Sul, que, periodicamente, recebem para estágios funcionários de outras unidades da Federação. Eles citaram a delegacia estadual de Agricultura, que "por três anos é considerada modelo para o Brasil".

João Alberto aponta riscos da globalização

Em seu primeiro pronunciamento, o senador afirma que o processo de integração mundial “pode resultar na instalação de meios eficazes para a manutenção de supremacias econômicas sobre os países mais pobres”

Em seu discurso de estréia na tribuna, o senador João Alberto (PMDB-MA) manifestou ontem preocupação com a globalização, “que pode resultar na instalação de meios eficazes para a manutenção de supremacias econômicas sobre os países pobres”. Apoiando-se em observadores conceituados como Ricardo Petrella, o senador salientou que este é o prisma sob o qual “devem ser interpretadas as receitas e recomendações ministradas pelas entidades financeiras internacionais aos países periféricos”.

João Alberto afirma haver, na globalização, quatro conseqüências prejudiciais às sociedades menos dinâmicas. Em primeiro lugar, afirma, as empresas

João Alberto alertou para os riscos da mediocridade e da satisfação com “o meio sucesso”

transnacionalizadas, com apoio do Estado, almejam ser fiadoras da independência tecnológica e do bem-estar econômico, mas sem arcar com os deveres do Estado.

Em segundo, a análise e a solução dos problemas mundiais obedecem a critérios de racionalidade para os quais as economias fracas têm pouca utilidade.



Em terceiro lugar, a competição pela sobrevivência poderá instalar um clima de violência generalizada, verbal e factual. Por último, a dissociação entre o poder

econômico e o poder político, estruturado de maneira inadequada, resulta no enfraquecimento da democracia.

Para o senador pelo Maranhão, essas preocupações apontam para a necessidade de um mutirão, visando quebrar as estruturas de insolência e intolerância, em favor de uma globalização de respeito e participação de todos os povos. “No Brasil, faz-se necessária uma discussão de nível prático para coordenar um programa que convoque todos para mudar nossos destinos.”

— Não é possível continuar dando berço esplêndido à acomodação, correndo o risco maior do presente: o de resvalar para a mediocridade e de contentar-se

com a euforia do meio sucesso. A acomodação e o contentamento com o meio sucesso são uma opção escabrosa porque encaminham para o embotamento da vontade nacional — prosseguiu.

Ao finalizar, João Alberto defendeu a necessidade de unidade nacional visando à adequação dos instrumentos necessários ao desenvolvimento, sob a liderança do presidente Fernando Henrique Cardoso. “Como senador, quero colaborar na construção da esperança de que o presente momento difícil será superado e o Brasil retomará o caminho do crescimento com alicerces na capacidade de trabalho e de produção de seu povo.”

Rocha repudia ataque de Gustavo Franco a Brizola

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) repudiou ontem as “palavras maldosas” dirigidas ao presidente do seu partido, Leonel Brizola, pelo ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, em discurso durante a solenidade de transmissão de cargo a Arminio Fraga. “Foi uma agressão gratuita e desnecessária a Leonel Brizola, cuja biografia política e serviços prestados a este país merecem respeito”, afirmou o senador.

Rocha lembrou que o partido vinha respeitando Gustavo Franco, apesar dos anúncios de que teria um “saco de maldades” para ser utilizado quando fosse necessário. Segundo o senador, Brizola foi agredido por Gustavo Franco com palavras indevidas.

Sebastião Rocha registrou também a posse do ex-senador e professor Paulo Batista Guerra, no último dia 1º, no cargo de reitor *pro tempore* da Universidade Federal do Amapá. O senador afirmou seu apoio ao novo reitor, comprometido com eleições para a escolha de reitores naquela universi-



Sebastião Rocha disse que Leonel Brizola merece respeito por sua biografia política

dade. “Está na hora de a Universidade Federal do Amapá ter um reitor definitivo, pois já tivemos cinco reitores temporários desde a sua criação em 1990”, explicou o senador. Sebastião Rocha registrou ainda a posse do desembargador Luiz Carlos Gomes, no último dia 5, no cargo de presidente do Tribunal de Justiça do Amapá.

Senado aprova pesar pelo falecimento de Flávio Brito

Por iniciativa do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), o plenário do Senado aprovou ontem voto de pesar pelo falecimento do ex-senador Flávio da Costa Brito, na segunda-feira.

“Como presidente da Confederação Nacional da Agricultura e em sua atuação no Senado, sempre se pautou pela defesa dos interesses intrínsecos do país e de seu estado, o Amazonas”, disse



Flávio Brito foi elogiado por Bernardo Cabral e Gilberto Mestrinho

Bernardo Cabral.

Em aparte, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) considerou “justa” a homenagem a Flávio Brito, que “sempre soube honrar seu mandato, participando intensamente dos trabalhos do Senado”.

Em nome da Mesa, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) prestou solidariedade à família enlutada e ao estado do Amazonas.

Althoff pede acompanhamento dos resultados de políticas para a criança

A implementação de sistemas permanentes de levantamento de informações sobre as políticas públicas relativas à criança, com o acompanhamento dos seus resultados e da correspondente execução financeira, foi proposta ontem pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC) como forma de o Congresso dar uma contribuição decisiva à transformação das condições de vida da criança brasileira.

Por exemplo, acrescentou, “é preciso montar um verdadeiro ‘sistema de vigilância’, a partir do Sistema Único de Saúde, capaz de atualizar, permanentemente, as informações referentes à mortalidade infantil, à imunização, à incidência de diarreia e infecções respiratórias agudas”, abrangendo dados sobre a prevalência, distribuição e tendências da desnutrição infantil, da desnutrição materna e da amamentação, entre outros. Na área da educação, o sistema proposto pelo senador deveria ser capaz de atualizar as informações geradas pela Avaliação do Sistema Educacional Brasileiro. Sistemas análogos acompanhariam questões como a exploração do trabalho infanto-juvenil e a violência contra crianças e adolescentes.

Médico pediatra, Geraldo Althoff afirmou que seu mandato será pautado por



Geraldo Althoff afirmou que seu mandato terá a criança como preocupação principal

essa “preocupação central da minha opção profissional e o primeiro compromisso da minha ação política” — a criança brasileira. A ação do Legislativo defendida pelo senador, por sua vez, remete ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que, desde julho de 1990, quando foi aprovado, “estabeleceu um novo modelo de atendimento público aos direitos da infância e da adolescência, baseado em ações intersetoriais, orientadas por alguns princípios como a descentralização político-administrativa, a participação popular e a articulação

política conjunta das ações”.

Na avaliação de Althoff, o estatuto, “um instrumento legal que reconhece as crianças e adolescentes como credores de direitos”, exige, para sua concretização, o envolvimento de todas as instâncias públicas, governamentais e não-governamentais, entre as quais o Congresso pode ser de decisiva importância.

Em aparte, Tião Viana (PT-AC) destacou a eficácia de medidas adotadas pelo município de Olímpia (SP), que permitiram a redução da mortalidade infantil de 49 por mil crianças para nove por mil. O senador Gerson Camata (PMDB-ES), para quem o estatuto “é mais duro com o menor infrator do que o Código Penal em relação ao maior infrator”, repudiou tentativas de retorno ao código anterior, “repressor e violento”. Já o senador Djalma Bessa (PFL-BA) registrou que, dado que a criança é o futuro do país, não é à toa que a Constituição protege a maternidade e a infância. O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) também considerou que o estatuto foi um avanço, por assegurar direitos e deveres da família e da sociedade em relação à criança. No entanto, a seu ver, a sociedade precisa se comprometer mais profundamente com a questão.

Suassuna quer reativar a Comissão Especial da Seca

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem a urgente reativação da Comissão Especial da Seca, para que possa elaborar o mais rapidamente possível um relatório sobre a situação provocada pela estiagem não só na Paraíba, mas em outros estados nordestinos que estão enfrentando o problema.

— O racionamento de água em João Pessoa, em Campina Grande e na maior

ria das cidades do meu estado está levando a uma situação de calamidade para a qual precisamos estar atentos — disse ele.

Ney Suassuna também pediu que o governo oriente os órgãos que cuidam desse tipo de emergência no sentido de aliviar a vida das pessoas que não têm água para a plantação, para o gado e nem para o próprio consumo.



Suassuna lembrou o racionamento de água em João Pessoa